



ANAC

Agência Nacional de Aviação Civil-Brasil

AQQF

Analista Administrativo

Qualquer área de formação / Analista

INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
 - Um *caderno de questões* contendo 70 (setenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva e 1 (uma) questão discursiva;
 - Um *cartão de respostas* personalizado para a Prova Objetiva;
 - Um *caderno de respostas* personalizado para a Prova Discursiva.
- É responsabilidade do candidato certificar-se de que o código e o nome do cargo/especialidade constante nesta capa de prova corresponde ao código e o nome do cargo/especialidade informado em seu *cartão de respostas*.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no *caderno de questões*, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a Prova Objetiva e a Prova Discursiva. Faça-as com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este tempo inclui a marcação do *cartão de respostas* e o desenvolvimento e a transcrição da Prova Discursiva.
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 1/2007 - Item 9.9 alínea a).
- Somente após decorrida uma hora do início das provas, o candidato poderá entregar o seu *caderno de questões*, seu *cartão de respostas* e seu *caderno de respostas*, e retirar-se da sala de prova (Edital 1/2007 - Item 9.9 alínea c).
- O candidato só poderá levar seu *caderno de questões* ao final da prova, desde que permaneça em sua sala até este momento (Edital 1/2007 – Item 9.9 alínea d).
- Não será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no *cartão de respostas* ou no *caderno de respostas* (Edital 1/2007 - Item 9.9 alínea e).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o *cartão de respostas* devidamente assinado e o *caderno de respostas*.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no *cartão de respostas*. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no *cartão de respostas* a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O *cartão de respostas* **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no *cartão de respostas* é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



INSTRUÇÕES - PROVA DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no *caderno de respostas*. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Efetue a desidentificação do *caderno de respostas* destacando a parte onde estão contidos os seus dados.
- Somente será objeto de correção da Prova Discursiva o que estiver contido na **área reservada para a resposta**. **NÃO** será considerado o que estiver contido na folha reservada para rascunho.
- O *caderno de respostas* **NÃO** pode ser dobrado, amassado, manchado, rasgado ou conter qualquer forma de **identificação do candidato**.
- Use **somente** caneta esferográfica azul ou preta.

CRONOGRAMA PREVISTO

| Atividade | Data (2007) | Local |
|---|-------------|--|
| Divulgação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas | 16/04 | www.nce.ufrj.br/concursos |
| Interposição de recursos contra os gabaritos das Prova Objetiva | 17 e 18/04 | www.nce.ufrj.br/concursos Fax: (21) 2598-3300 |
| Divulgação do resultado dos julgamentos dos recursos contra os gabaritos das Prova Objetiva | 30/04 | www.nce.ufrj.br/concursos |

Demais atividades consultar Manual do Candidato ou pelo endereço eletrônico www.nce.ufrj.br/concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – MAQUIAGEM

Nesta época, no ano passado, começou a se constatar nas prateleiras dos supermercados uma “maquiagem” de produtos. Consistia, basicamente, em reduzir a quantidade de mercadoria embalada, mantendo o preço de venda.

O assunto despertou celeuma entre associações de consumidores, fábricas e autoridades governamentais. O Ministério da Justiça acabou por reagir, multando empresas que, segundo seu entendimento, haviam ludibriado a boa-fé dos consumidores. Um ano depois, pode-se dizer que houve alguma melhora na situação.

Houve alguma confusão acerca do que estava errado na prática da “maquiagem”. Uma empresa tem todo direito de diminuir, quando e quanto quiser, o volume contido na embalagem de seus produtos. O que estava errado na prática da “maquiagem”, e que configura um desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor, era que as empresas mudaram os seus produtos sem avisar clara e antecipadamente o consumidor do que estavam fazendo.

Nem todas as “maquiagens” foram desfeitas, mas o resultado daqueles embates, um ano depois, serviu para fortalecer ainda mais a cultura de que o cidadão, enquanto consumidor, tem uma série de direitos que têm de ser respeitados.

Folha de São Paulo, dezembro de 2002

1 - “Nesta época, no ano passado, começou a se constatar nas prateleiras dos supermercados uma “maquiagem” de produtos.”; a correspondência **correta** entre os elementos presentes nessa primeira frase do texto é:

- (A) nesta época = por essa época;
- (B) no ano passado = no ano vindouro;
- (C) começou a se constatar = começou a ser constatado;
- (D) uma “maquiagem” de produtos = produtos maquiados;
- (E) começou a se constatar = começou a constatar-se.

2 - “Nesta época, no ano passado, começou a se constatar nas prateleiras dos supermercados uma “maquiagem” de produtos”; uma outra possibilidade, igualmente correta de pontuar-se essa frase do texto é:

- (A) Nesta época, no ano passado, começou a se constatar, nas prateleiras dos supermercados, uma “maquiagem” de produtos.
- (B) Nesta época, no ano passado, começou a se constatar nas prateleiras dos supermercados, uma “maquiagem” de produtos.
- (C) Nesta época no ano passado começou a se constatar, nas prateleiras dos supermercados, uma “maquiagem” de produtos.
- (D) Nesta época, no ano passado, começou a se constatar nas prateleiras dos supermercados uma “maquiagem”, de produtos.
- (E) Nesta época no ano passado começou a se constatar nas prateleiras dos supermercados uma “maquiagem” de produtos.

3- O termo “maquiagem” aparece entre aspas, no primeiro período do texto, porque:

- (A) se trata de um estrangeirismo de origem francesa;
- (B) está empregado fora de seu sentido habitual;
- (C) tem valor irônico;
- (D) representa uma grafia portuguesa de palavra estrangeira;
- (E) é um arcaísmo, ou seja, palavra que caiu em desuso.

4 - Na palavra “supermercados”, o prefixo “super” tem distinto valor do mesmo prefixo no vocábulo:

- (A) supercílio;
- (B) superabundância;
- (C) supercondutor;
- (D) superdotado;
- (E) superprodução.

5 - “nas prateleiras dos supermercados uma “maquiagem” de produtos”; a afirmativa **correta** sobre os termos sublinhados é:

- (A) os dois termos dependem do vocábulo “prateleiras”;
- (B) os dois termos representam pacientes dos vocábulos anteriores;
- (C) os dois termos representam pacientes dos vocábulos anteriores;
- (D) só o segundo termo sublinhado representa um paciente do vocábulo anterior;
- (E) a preposição “de” é uma exigência da regência dos vocábulos anteriores.

6 - O segundo período do primeiro parágrafo do texto:

- (A) explica o valor semântico do vocábulo “maquiagem”;
- (B) justifica o emprego do vocábulo “maquiagem”;
- (C) mostra uma oposição ao que é dito anteriormente;
- (D) critica a afirmação do período anterior;
- (E) ironiza a atitude dos supermercados.

7 - “Consistia, basicamente, em reduzir a quantidade da mercadoria embalada, mantendo o preço de venda”; nesse caso, o problema para o consumidor estava em que:

- (A) adquiria menor quantidade do produto a um preço mais caro;
- (B) tinha à sua disposição menor quantidade de embalagens do produto;
- (C) comprava, sem saber, um produto diferente do anterior;
- (D) obtinha uma redução de preço, mas uma redução maior da quantidade adquirida;
- (E) reduzia-se a quantidade da mercadoria, com redução equivalente do preço.

8 - “Nesta época” (1º §) e “um ano depois” (2º §), referem-se exata e respectivamente a:

- (A) dezembro de 2002 e dezembro de 2003;
- (B) dezembro de 2002 e dezembro de 2002;
- (C) dezembro de 2001 e dezembro de 2002;
- (D) dezembro de 2001 e dezembro de 2003;
- (E) dezembro de 2000 e dezembro de 2002.

9 - Ao dizer que o assunto da maquiagem despertou “celeuma”, o autor do texto quer dizer que causou:

- (A) reação;
- (B) discussões;
- (C) acordos;
- (D) reuniões;
- (E) rivalidades.

10 - “que houve alguma melhora na situação”; a forma dessa frase equivale semanticamente a:

- (A) que não houve melhora alguma na situação;
- (B) que não houve qualquer melhora na situação;
- (C) que alguma melhora a situação sofreu;
- (D) que a situação trouxe alguma melhora;
- (E) que, na situação, melhora alguma houve.

11 - Ao dizer que o Ministério da Justiça “acabou por reagir”, o autor do texto:

- (A) elogia a ação imediata do Ministério da Justiça;
- (B) indica que o Ministério da Justiça tardou em agir;
- (C) critica a reação violenta do Ministério da Justiça;
- (D) mostra que a ação ministerial evitou o agravamento do problema;
- (E) demonstra que as autoridades brasileiras agiram de acordo com a legislação em vigor.

12 - “Houve alguma confusão acerca do que estava errado na prática da “maquiagem”. Uma empresa tem todo direito de diminuir, quando e quanto quiser, o volume contido na embalagem de seus produtos. O que estava errado na prática da “maquiagem”, e que configura um desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor, era que as empresas mudaram os seus produtos sem avisar clara e antecipadamente o consumidor do que estavam fazendo.”; entre os três períodos desse parágrafo do texto, os conectores adequadamente empregados em lugar dos pontos seriam:

- (A) pois – no entanto;
- (B) já que – embora;
- (C) visto que – apesar de;
- (D) porque – pois;
- (E) então – já que.

TEXTO 2 – DE UMA VIDAA OUTRA

Segundo o Ministério da Saúde, em janeiro de 2003 havia 51.760 pessoas na lista de espera para transplante. Dado o tamanho do país – e, infelizmente, o grau de violência – seria de se esperar que o auxílio viesse rápido. De certa forma, a população está mais sensibilizada para o problema. O número de doações cresce desde 1997. De lá até o ano passado, saltamos de 3.932 para 8.031 transplantes realizados. As estatísticas mostram que o Brasil é o segundo do mundo em doações em números absolutos, perdendo dos Estados Unidos. Proporcionalmente ao tamanho da população, fica em nono lugar. Ou seja, o brasileiro é generoso, mas precisa fazer mais.

Isto É, fevereiro de 2003

13. O segmento entre travessões no primeiro parágrafo do texto indica um(a):

- (A) explicação;
- (B) retificação;
- (C) acréscimo;
- (D) conclusão;
- (E) alternativa.

14 - Este é um texto informativo. Sobre esse tipo de texto só **não** se pode dizer que:

- (A) o informante deve ter um conhecimento que o receptor não possui;
- (B) o texto deve ter elementos que produzam interesse pela leitura;
- (C) a informação veiculada pelo texto deve ser comunicada de forma clara;
- (D) o texto contém informações de interesse para todos;
- (E) a fonte da informação do texto é dada de forma clara.

15 - “-e, infelizmente, o grau de violência –”; o grau de violência, nesse caso:

- (A) provoca o aumento do número de pessoas necessitadas de transplante;
- (B) aumenta a possibilidade de doadores de órgãos;
- (C) reduz a possibilidade da utilização de órgãos;
- (D) traz dificuldades de doações voluntárias de órgãos;
- (E) causa a redução de possíveis doadores jovens.

16. “seria de se esperar que o auxílio viesse rápido”; o comentário **incorreto** sobre os componentes desse segmento do texto é:

- (A) a utilização do futuro do pretérito mostra algo que a realidade contraria;
- (B) a utilização do *se* mostra uma frase em voz passiva;
- (C) *rápido* equivale ao advérbio *rapidamente*;
- (D) o substantivo *auxílio* se refere à possibilidade de transplante;
- (E) o adjetivo *rápido* se liga ao substantivo *auxílio*.

17 - A prova de que a população está sensibilizada para o problema dos transplantes é que:

- (A) cresceu o número de doações de órgãos;
- (B) ainda há espaço para mais doações;
- (C) ficamos em nono lugar nas doações;
- (D) equiparamo-nos aos Estados Unidos em generosidade;
- (E) há muito sofrimento na espera de um transplante.

18 - “A população está mais sensibilizada para o problema”; uma outra forma dessa frase que altera o seu sentido original é:

- (A) a população mostra-se mais sensível para o problema;
- (B) a população, para esse problema, está mais sensibilizada;
- (C) o problema faz com que a população fique mais sensível;
- (D) a população mostra mais sensibilidade para o problema;
- (E) está mais sensibilizada a população para o problema.

19 - “O número de doações cresce desde 1997”; a forma inadequada de pontuar as alterações dessa frase é:

- (A) Desde 1997 o número de doações cresce;
- (B) Desde 1997, cresce o número de doações;
- (C) O número de doações, desde 1997, cresce;
- (D) Cresce desde 1997, o número de doações;
- (E) Cresce, desde 1997, o número de doações.

20 - Entre as alternativas abaixo, aquela que apresenta um termo sublinhado de valor dêitico:

- (A) “seria de se esperar que o auxílio viesse rápido”;
- (B) “a população está mais sensibilizada para o problema”;
- (C) “De lá até o ano passado...”;
- (D) “De lá até o ano passado”;
- (E) “mas precisa fazer mais”.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

21 – Quanto aos sistemas de controle da Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) os Tribunais de Contas exercem apenas a fiscalização orçamentária da Administração Pública;
- (B) é atribuição exclusiva dos Tribunais de Contas a avaliação dos resultados da gestão patrimonial do Poder Executivo;
- (C) é dispensável a instituição de órgãos de controle interno no âmbito de cada Poder da União;
- (D) os Tribunais de Contas apreciam, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão;
- (E) apenas o Presidente da está obrigado a prestar contas aos Tribunais de Contas.

22 – A Administração Pública brasileira rege-se, dentre outros, pelos princípios da:

- (A) atualidade e celeridade;
- (B) celeridade e globalidade;
- (C) eficiência e impessoalidade;
- (D) atualidade e improbidade;
- (E) globalidade e justiça social.

23 – São classificações possíveis para os atos administrativos:

- (A) gerais e vinculados;
- (B) protelatórios e compostos;
- (C) protelatórios e de gestão;
- (D) discricionários e procrastinatórios;
- (E) procrastinatórios e de império.

24 – São elementos dos atos administrativos:

- (A) competência e objeto;
- (B) objeto e globalidade;
- (C) forma e globalidade;
- (D) atualidade e originalidade;
- (E) competência e executabilidade.

25 – Agentes públicos são:

- (A) apenas os aprovados em concurso público;
- (B) apenas os eleitos para mandatos eletivos;
- (C) apenas os investidos em cargos integrantes de carreiras típicas de Estado;
- (D) todos os servidores da Administração direta;
- (E) todos aqueles que, a qualquer título, executam uma função pública como prepostos do Estado.

26 – Em relação à prescrição é correto afirmar que:

- (A) prescrição administrativa é a situação jurídica pela qual o administrado ou a própria Administração perdem o direito de formular pedidos ou firmar manifestações em virtude de não o terem feito no prazo adequado;
- (B) o direito brasileiro não agasalha o instituto da prescrição;
- (C) não é possível invocar prescrição contra a União;
- (D) não é possível a um servidor de órgão da Administração direta invocar a ocorrência de prescrição em seu benefício;
- (E) a prescrição não afasta qualquer possibilidade ou forma de punição do servidor.

27 – A República Federativa do Brasil tem como fundamentos:

- (A) o monoteísmo;
- (B) o socialismo;
- (C) a dignidade da pessoa humana;
- (D) o sindicalismo de resultados;
- (E) o bipartidarismo.

28 - Assinale a assertiva correta:

- (A) a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados;
- (B) todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente;
- (C) a licença paternidade não é direito assegurado aos servidores públicos civis;
- (D) admite-se a tortura como instrumento de investigação;
- (E) são admitidas no Brasil penas de caráter perpétuo.

29 – Assinale a assertiva correta:

- (A) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
- (B) são admitidos no Brasil os Tribunais de exceção;
- (C) é dispensado o contraditório no julgamento de acusados por crimes hediondos;
- (D) a licença à gestante é mera liberalidade contratual, podendo ser afastada por opção do empregador;
- (E) é legalmente possível a estipulação de diferença de salários por motivo de sexo, idade ou cor.

30 – É privativo de brasileiro nato o cargo de:

- (A) prefeito;
- (B) diretor de empresa estatal;
- (C) governador de Estado;
- (D) ministro do Supremo Tribunal Federal;
- (E) ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

31 - Assinale a assertiva correta:

- (A) é vedada qualquer forma de contratação temporária de pessoal na Administração Pública brasileira;
- (B) inexistente previsão de isonomia de vencimentos de cargos entre os Poderes;
- (C) qualquer cidadão pode exercer função de confiança na Administração Pública;
- (D) é possível a acumulação de dois cargos públicos de policial civil desde que haja compatibilidade entre os horários de exercício das atribuições de ambos;
- (E) somente por lei específica poderá ser criada autarquia.

32 – São órgãos da Justiça Federal:

- (A) os Juízes Federais;
- (B) os Juízes do Trabalho;
- (C) o Superior Tribunal Militar e o Tribunal Superior do Trabalho;
- (D) as Juntas Eleitorais;
- (E) o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

33 – Considerando as disposições constantes no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, é correto afirmar que:

- (A) o servidor pode recusar fé a documentos públicos;
- (B) ao servidor é vedado praticar usura sob quaisquer de suas formas;
- (C) ao servidor é permitido utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- (D) a única penalidade disciplinar prevista é a advertência;
- (E) o ato de imposição de penalidade dispensa fundamentação.

34 – Considerando as disposições constantes no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, é correto afirmar que:

- (A) o servidor jamais poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão de quaisquer Poderes da União;
- (B) o servidor investido no mandato de Prefeito deverá desempenhá-lo concomitantemente às atribuições de seu cargo de provimento efetivo;
- (C) não é considerado como de efetivo exercício o afastamento para o desempenho de mandato eletivo federal;
- (D) não é considerado como de efetivo exercício o afastamento em virtude de licença à gestante;
- (E) contar-se-á para efeito de aposentadoria o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

35 – Considerando as disposições constantes no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, é correto afirmar que:

- (A) a idade mínima de 18 (dezoito) anos é requisito para investidura em cargo público;
- (B) os maiores de 16 (dezesseis) anos, desde que sejam eleitores, podem ser providos em cargo público de provimento efetivo;
- (C) às pessoas portadoras de deficiência serão reservadas até 40% (quarenta por cento) das vagas oferecidas em concurso público;

- (D) a investidura em cargo público ocorrerá com a publicação da lista final de aprovados no Diário Oficial;
- (E) promoção não é forma de provimento de cargo público.

36 – Considerando as disposições constantes no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, é correto afirmar que:

- (A) aposentadoria não é fator gerador de vacância de cargo público;
- (B) eventuais faltas ao serviço serão automaticamente subtraídas das férias do servidor;
- (C) há previsão para concessão de licença para capacitação.
- (D) toda e qualquer licença concedida importará sempre o pagamento de remuneração integral ao servidor por todo o período de sua duração;
- (E) inexistente previsão de licença para desempenho de mandato classista.

LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO SETOR AERONÁUTICO

37 - De acordo com a Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005, cabem à ANAC, dentre outras, as seguintes medidas necessárias para o atendimento do interesse público:

- I- Conceder ou autorizar a exploração da infra-estrutura aeroportuária, somente quando o couber no todo.
- II- Homologar, registrar e cadastrar os aeródromos.
- III- Estabelecer o regime tarifário da exploração da infra-estrutura aeroportuária, no todo ou em parte.

- (A) as medidas I, II e III estão corretas;
- (B) apenas as medidas I e II estão corretas;
- (C) apenas as medidas I e III estão corretas;
- (D) apenas a medida I está correta;
- (E) apenas as medidas II e III estão corretas.

38 - De acordo com a Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005, a Diretoria da ANAC é composta por:

- (A) um diretor-presidente e quatro diretores;
- (B) cinco diretores, sem distinção entre eles;
- (C) um diretor-presidente e seis diretores;
- (D) um diretor-presidente e quatro diretores, um chefe de gabinete e um assessor técnico;
- (E) três diretores, sem distinção entre eles.

39 - Nos termos da Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005:

- (A) os regulamentos em vigor ficam sem efeito na data de publicação da Lei;
- (B) os regulamentos em vigor serão substituídos somente por leis específicas, a serem encaminhadas ao Congresso Nacional no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da instalação da ANAC;
- (C) os contratos de concessão relativos à administração e exploração de aeródromos, celebrados pela União com órgãos ou entidades da Administração Federal, direta ou indireta, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não deverão ser adaptados, valendo seu texto atual indefinidamente;
- (D) as atividades de administração e exploração de aeródromos exercidas pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO passarão a ser reguladas por atos da ANAC;
- (E) as atividades de administração e exploração de aeródromos públicos exercidas por outras empresas que não a INFRAERO não são alvo de fiscalização da ANAC.

40 - De acordo com o Decreto 5.371, de 20 de março de 2006, em seu artigo 2º, avalie as seguintes afirmativas sobre a Delegação Permanente do Brasil junto ao Conselho da OACI.

- I - É subordinada ao Ministério das Relações Exteriores.
- II - Cabe à diretoria da ANAC indicar o chefe da delegação brasileira;
- III - Cabe à diretoria da ANAC indicar o assessor de assuntos relativos ao transporte aéreo internacional;
- IV - Cabe ao comandante da aeronáutica indicar o assessor de assuntos relativos à navegação aérea internacional.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, III e IV, apenas;
- (B) I e III, apenas;
- (C) I, II, III e IV;
- (D) II e III, apenas;
- (E) II, III e IV, apenas.

41 - Conforme o Regulamento da Agência Nacional de Aviação Civil (RANAC), é correto afirmar que:

- (A) a sede da ANAC é na cidade do Rio de Janeiro e o foro é no Distrito Federal;
- (B) a ANAC deverá observar orientações, diretrizes e políticas formuladas pelo Conselho de Aviação Civil - CONAC, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.182, de 2005;
- (C) a ANAC é subordinada hierarquicamente ao Ministério da Defesa;
- (D) a ANAC tem por finalidade fiscalizar as atividades de aviação civil, de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária e de gerenciamento do tráfego aéreo;
- (E) seus dirigentes têm mandato vitalício, até que atinjam a idade máxima de 65 (sessenta e cinco) anos.

42 - Segundo o Regulamento da Agência Nacional de Aviação Civil (RANAC), um ex-diretor da ANAC fica impedido de exercer atividades ou prestar qualquer serviço no setor regulado pela ANAC por um período de:

- (A) quatro meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato;
- (B) seis meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato;
- (C) nove meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato;

- (D) um ano, contado da exoneração ou do término do seu mandato;
- (E) quarenta dias, contados da exoneração ou do término do seu mandato.

43 - O Sistema a seguir que NÃO está listado no Art 25 da Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, como constitutivo da infra-estrutura aeronáutica é o:

- (A) aeroportuário;
- (B) de segurança de vôo;
- (C) de Registro Aeronáutico Brasileiro;
- (D) de indústria aeronáutica;
- (E) de aviação civil.

44 - Avalie as afirmativas a seguir com base na Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

- I - Os aeródromos civis são classificados em públicos e privados.
- II - Os aeródromos privados só poderão ser utilizados com permissão de seu proprietário, podendo o mesmo, paga a taxa correspondente, explorá-lo comercialmente.
- III - Consideram-se heliportos os helipontos públicos, dotados de instalações e facilidades para apoio de operações de helicópteros e de embarque e desembarque de pessoas e cargas.

Está(ao) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) I, II e III;
- (B) I e II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) I, apenas;
- (E) II e III, apenas.

45 - Conforme a Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, em seu Art 70:

- (A) a autoridade aeronáutica solicitará ao Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia a emissão de certificados de homologação de empresa destinada à execução de serviços de revisão, reparo e manutenção de aeronave, motores, hélices e outros produtos aeronáuticos;
- (B) somente as oficinas de manutenção de produto aeronáutico que pretendam fazer propagando de seus serviços devem possuir o certificado de que trata este artigo, obedecido o procedimento regulamentar;
- (C) um operador de aeronave não pode executar ou fazer executar a manutenção de motores ou hélices sem que tenha pago a correspondente taxa à ANAC;
- (D) a autoridade aeronáutica cancelará o certificado de aeronavegabilidade somente se constatar a falta de manutenção;
- (E) a manutenção, no limite de até cem horas, das aeronaves pertencentes aos aeroclubes que não disponham de oficina homologada poderá ser executada por mecânico licenciado pelo Ministério da Aeronáutica.

46 - Segundo a definição do Art 106 da Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, NÃO é condição para um aparelho ser considerado aeronave:

- (A) manobrabilidade em vôo;
- (B) capacidade de sustentar-se no espaço aéreo, mediante reações aerodinâmicas;
- (C) capacidade de circular no espaço aéreo, mediante reações aerodinâmicas;
- (D) motorização de qualquer tipo;
- (E) capacidade de transportar pessoas ou coisas.

47 - Sobre a composição da tripulação prevista pela Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, é correto afirmar que:

- (A) no caso de uma aeronave em serviço aéreo internacional que tenha 12 comissários de vôo trabalhando, é possível serem empregados até 4 comissários de vôo estrangeiros;
- (B) são tripulantes quaisquer pessoas que exerçam função a bordo de aeronaves;
- (C) a função não remunerada a bordo de aeronave de serviço aéreo privado somente pode ser exercida por tripulantes habilitados com nacionalidade brasileira;
- (D) a função remunerada a bordo de aeronaves nacionais é privativa de titulares de licenças específicas, emitidas pelo Ministério da Aeronáutica e independente de sua nacionalidade;
- (E) mesmo em caso de falta de tripulantes brasileiros, é proibida a admissão, como tripulantes, mesmo em caráter provisório, de instrutores estrangeiros.

48 - Sobre as Providências Administrativas da Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, é correto afirmar que:

- (A) a aplicação das providências ou penalidades administrativas, previstas neste Título, impede a imposição, por outras autoridades, de quaisquer outras penalidades;
- (B) a responsabilidade sobre infração a este Código resultando do cumprimento de ordem do proprietário ou explorador de aeronave, mesmo exorbitante ou indevida, é exclusiva do Comandante da aeronave;
- (C) somente será imposto um tipo de penalidade ou providência para cada infração, não sendo possível o acúmulo de multa, suspensão ou cassação;
- (D) a suspensão será aplicada para período não superior a cento e oitenta dias, podendo ser prorrogada uma vez por igual período;
- (E) a pessoa jurídica empregadora estará isenta de responsabilidade pelas infrações cometidas por seus prepostos, agentes, empregados ou intermediários, desde que se comprove que estes foram corretamente orientados.

49 - Para os efeitos da Lei 10.871, de 20 de maio de 2004, avalie as afirmativas a seguir:

- I - É de trinta e duas horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos a que se refere a Lei 10.871, de 20 de maio de 2004;
- II - É facultativo à ANAC o curso de formação específica, como parte do concurso para o cargo de Especialista em Regulação de Aviação Civil

III - É proibido aos servidores em efetivo exercício na ANAC prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela entidade, salvo os casos de designação específica.

Está(ao) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) II e III, apenas;
- (B) III, apenas;
- (C) II, apenas;
- (D) I e II, apenas;
- (E) I e III, apenas.

50 - Classifique cada uma das competências abaixo como relativas à SSO (Superintendência de Segurança Operacional), SSA (Superintendência de Serviços Aéreos) ou SIE (Superintendência de Infra-Estrutura Aeroportuária), conforme a previsão da Resolução 1, de 18 de abril de 2006, da ANAC.

- I - Apreciar sob os aspectos técnico-aeronáuticos e econômico-financeiros, os pedidos de importação e exportação de aeronaves civis e propor instruções para o incentivo da indústria nacional de natureza aeroespacial.
- II - Emitir parecer sobre proposta, do Comando da Aeronáutica, de edição de normas ou procedimentos que tenham repercussão econômica ou operacional na prestação de serviços aéreos.
- III - Emitir parecer sobre definição de prioridades para a exploração de serviços de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, de acordo com diretrizes estabelecidas na política de aviação civil.

A correspondência correta é:

- (A) I - SSA, II - SIE, III - SSO;
- (B) I - SSO, II - SSA, III - SIE;
- (C) I - SSA, II - SSA, III - SIE;
- (D) I - SSO, II - SSO, III - SSA;
- (E) I - SIE, II - SSA, III - SSO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51- Para a realização de uma despesa com a contratação de uma empresa prestadora de serviços é necessário que ela seja previamente:

- (A) autorizada na lei de diretrizes orçamentárias;
- (B) licitada na modalidade de leilão;
- (C) empenhada pelo ordenador de despesas;
- (D) liquidada pela tesouraria ou pagadoria competente;
- (E) contabilizada em contas a pagar.

52- De acordo com a Lei n.º 4320/64, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas:

- (A) previstas em confronto com as realizadas;
- (B) orçamentárias e extra-orçamentárias;
- (C) previstas em confronto com os saldos financeiros;
- (D) realizadas no exercício comparadas com as do exercício anterior;
- (E) previstas no exercício comparadas com as do exercício anterior.

53- Assinale a opção que representa o registro contábil a seguir:

- D – 1.1.3.1.8.01.00 = Material de Consumo
- C – 6.1.3.1.1.02.02 Aquisição de bens em estoque

- (A) apropriação da saída do material do almoxarifado;
- (B) consumo de material por requisição;
- (C) baixa de materiais em estoque por doação;
- (D) entrada do material em estoque;
- (E) doação de materiais em estoque.

54- De acordo com a Lei 4320/64, os bens em almoxarifado serão avaliados pelo:

- (A) valor de aquisição;
- (B) valor de aquisição atualizado monetariamente;
- (C) método PEPS;
- (D) valor de aquisição ou de mercado o que for menor;
- (E) preço médio ponderado das compras.

55- Considere as despesas a seguir:

| DESPESA | VALOR\$ |
|--|---------|
| Construção de escolas | 100.000 |
| Salários de professores do ensino fundamental | 200.000 |
| Aposentadorias | 150.000 |
| Pensões | 50.000 |
| Contribuições patronal para a previdência dos servidores | 20.000 |
| Amortização de empréstimos | 50.000 |
| Juros da dívida | 20.000 |

O valor correspondente às despesas que integram o orçamento da seguridade social é:

- (A) \$ 370.000;
- (B) \$ 220.000;
- (C) \$ 390.000;
- (D) \$ 200.000;
- (E) \$ 150.000.

56- O § 8º do art. 165 da Constituição Federal assim dispõe:

“A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

Este dispositivo constitucional define o princípio orçamentário da:

- (A) universalidade;
- (B) exclusividade;
- (C) previsibilidade;
- (D) anterioridade;
- (E) unidade.

57- As prioridades da administração pública são estabelecidos:

- (A) no Orçamento anual;
- (B) no Plano Plurianual;
- (C) na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) na Programação financeira anual;
- (E) na Lei de Responsabilidade Fiscal.

58- A contabilidade pública realizada com o uso do SIAFI registra a entrada de dados necessários à execução orçamentária, financeira e contábil por meio de documentos constantes no próprio sistema. O documento que se destina a registrar os eventos vinculados ao comprometimento da despesa é a nota de:

- (A) programação financeira;
- (B) dotação;
- (C) lançamento;
- (D) empenho;
- (E) movimentação de crédito.

59- Considere as receitas a seguir:

- I – Cobrança da dívida ativa
- II – Amortização de empréstimos.
- III – Operação de crédito
- IV – Rendimentos de aplicações financeiras
- V - Alugueis

As receitas da categoria corrente são:

- (A) I, IV e V;
- (B) I, II e V;
- (C) II, III e IV;
- (D) III, IV e V;
- (E) II, IV e V.

60- Considere os dados a seguir.

| DESPESA | VALOR |
|--|------------|
| Vencimentos e vantagens fixas e variáveis | 100.000,00 |
| Subsídios | 30.000,00 |
| Gratificações | 10.000,00 |
| Proventos de aposentadoria | 60.000,00 |
| Horas extras e vantagens pessoais | 15.000,00 |
| Diárias | 5.000,00 |
| Reformas e pensões | 50.000,00 |
| Contribuições recolhidas às entidades de Previdência | 20.000,00 |

O valor das despesas que são classificadas como despesas com pessoal e encargos sociais, em um ente que dispõe de um fundo que custeia as despesas previdenciárias é:

- (A) \$ 160.000,00;
- (B) \$ 150.000,00;
- (C) \$ 130.000,00;
- (D) \$ 110.000,00;
- (E) \$ 155.000,00.

61- De acordo com o Decreto 93.872/86 poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor para atender despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Avalie os casos a seguir:

- I- para atender despesas eventuais, inclusive em viagem e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento em espécie;
- II- com diligências policiais;
- III- quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento;
- IV- para atender despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassar limite estabelecido em Portaria do Ministro da Fazenda;
- V- para atender despesas eventuais de gabinete.

Os casos previstos no referido decreto são:

- (A) I, II e IV;
- (B) I, IV e V;
- (C) I, III e IV;
- (D) II, III e IV;
- (E) III, IV e V.

62- Os restos a pagar compreendem:

- (A) despesas não empenhadas por falta de previsão orçamentária;
- (B) despesas empenhadas pendentes de pagamento na data do encerramento do exercício;
- (C) dívidas a pagar a longo prazo;
- (D) obrigações a pagar decorrentes de sentenças judiciais;
- (E) compromissos previstos no orçamento do exercício do efetivo pagamento.

63- A licitação na modalidade de pregão é aplicada nos seguintes casos:

- (A) obras de grande vulto, assim entendidas aquelas de valor superior a R\$ 1.500.000,00;
- (B) compras de bens, somente quando o valor ultrapassar o valor da concorrência;
- (C) contratação de serviços com profissionais de notória especialização;
- (D) compras de bens e contratação de serviços comuns sem limite de valor;
- (E) seleção de registro de preços de materiais.

64- Em relação a convênio **não** é correto afirmar que:

- (A) é obrigatória a prestação de consta da execução;
- (B) compreende uma transferência obrigatória do concedente;
- (C) é disciplinado no âmbito do governo federal pela Instrução Normativa n.º 01/97;
- (D) deverá ser executado conforme o plano de trabalho;
- (E) deverá o conveniente apresentar a contrapartida para sua execução.

65- De acordo com a regra estabelecida Lei n.º 8666/93, um contrato assinado em 01/07 deverá ter a duração limitada até:

- (A) a vigência dos respectivos créditos orçamentários;
- (B) 12 meses;
- (C) o termino do exercício seguinte;
- (D) a conclusão do seu objeto quando ultrapassado exercício da assinatura;
- (E) 60 meses.

66- Calcule os juros obtidos por um capital de \$ 60.000,00 aplicado durante 3 meses e 15 dias à taxa de juros simples de 50% a.a. Efetue os cálculos considerando o ano comercial de 360 dias.

- (A) \$ 8.750,00;
- (B) \$ 8.630,13;
- (C) \$ 8.500,00;
- (D) \$ 7.850,00;
- (E) \$ 9.100,14.

67- Se um capital de \$ 4.000,00 rendeu \$ 875,98 de juros em 10 meses, significa que a taxa de juros efetiva ganha na aplicação foi de:

- (A) 3% a.m.;
- (B) 4% a.m.;
- (C) 2% a.m.;
- (D) 1,5% a.m.;
- (E) 2,5% a.m.

68- Assinale a única alternativa **incorreta**:

- (A) o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício;
- (B) o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa;
- (C) a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício;
- (D) vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, enquanto remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei;
- (E) a gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

69- Assinale a alternativa verdadeira:

- (A) independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/5 (um quinto) da remuneração do período das férias;
- (B) não poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo;
- (C) o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições; entretanto, as sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se;
- (D) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria;
- (E) à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 150 (cento e cinquenta) dias de licença remunerada.

70- Analise as alternativas abaixo e marque a correta:

- (A) a demissão poderá ser aplicada no caso do servidor praticar insubordinação grave em serviço, dispensando-se, nesse caso, a ampla defesa;
- (B) são penalidades disciplinares, dentre outras, a advertência, a reversão e a suspensão;
- (C) a suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 60 (sessenta) dias;
- (D) a ação disciplinar prescreverá em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;
- (E) a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar não interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

DISCURSIVA

A Lei de Responsabilidade Fiscal compreende um código de conduta para os gestores públicos, impondo regras para a execução e controle do orçamento e das metas fiscais.

Há medidas que estimulam os gestores a planejar melhor as ações orçamentárias e financeiras, há medidas de controle para as despesas e há procedimentos para dar transparência à gestão.

Apresente os principais instrumentos da transparência da gestão implantados pela referida lei mencionando suas características, formas de divulgação, prazos e outras informações pertinentes aos referidos instrumentos.



Núcleo de Computação Eletrônica
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prédio do CCMN - Bloco C
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - RJ
Central de Atendimento - (21) 2598-3333
Internet: <http://www.nce.ufrj.br>